

## COISAS DA POLÍTICA ■ DORA KRAMER

# FHC busca aliança com eleitor

Partindo do princípio básico de que para derrotar a minoria o melhor é lutar ao lado da maioria, o presidente Fernando Henrique Cardoso está hoje muito mais preocupado com o engajamento da sociedade na campanha pelas reformas constitucionais do que com malandragens de Congresso velho.

Nesse caso, ele sabe perfeitamente que a aliança preferencial tem de ser com os 150 milhões que estão do lado de fora, bem distante da Praça dos Três Poderes. Se os 594 *de dentro* têm circunstancialmente o poder do voto, aos milhões *de fora* é permanentemente garantido o direito ao veto de quatro em quatro anos.

O Congresso pode até ter suas particularidades, mas a força que o impulsiona de verdade vem de fora. Sendo assim, no Palácio do Planalto não se vê, hoje, razão para grandes aflições em relação ao destino das reformas. Essas primeiras

semanas de horror não são suficientes para turvar o *olhar de paisagem* que Fernando Henrique dirige permanentemente do Planalto à Esplanada.

Que o governo passaria por um período de paralisia de 45 dias, até a posse dos novos parlamentares, ele estava cansado de saber. Por isso mesmo, adiou as nomeações dos 2º e 3º escalões para negociá-las com quem tem cacife novo. Se é para trocar, pelos menos que seja por material de primeira. Pelo mesmo motivo, não anunciou ainda quem será seu articulador político cujo nome já está escolhido, mas é ainda mantido sob silêncio de monge trapista. Fez bem o Planalto ao resguardar de tão desagradável quanto inútil desgaste o seu eleito.

Se o articulador estivesse há quase um mês sob o tiroteio de um Congresso que nada vale mais, o governo teria perdido duplamente. Não conseguiria contornar as dificuldades — pois são todas originárias de um jogo de cena proposital e intransponível — e ainda iria ter de agüentar o falatório dando conta da *incompetência* do escolhido.

Até o começo de fevereiro, este nome será mantido sob sigilo. No Planalto ninguém dá a pista, diz-se apenas, a título de indicação, que não será do PSDB — o que retira do páreo os anteriormente cotadíssimos Saulo Queiróz e Euclides Scalco. Sabe-se também que Fernando Henrique tem grande

admiração pela montagem política feita pela equipe de Itamar Franco, particularmente pelo trabalho desenvolvido por Henrique Hargreaves, um *as em* matéria de meandros congressuais.

Portanto, a maioria no Parlamento não chega a constituir problema que abale o coração *blasé* de FHC. Ele tem o que político quer. À exceção do Banco do Brasil, da Caixa e do sistema financeiro, além de diretorias financeiras e algumas diretorias administrativas, todo resto está aí para o que der e vier. Há matéria-prima e disposição para negociar. Com isso, e ainda uma boa condução política, não há insatisfação que não se dissipe.

Só que Fernando Henrique não está disposto a entregar seu mandato ao Congresso. Não pretende apresentar suas propostas de reformas e deixar que tudo se resolva num balcão de negócios. Não vai querer esperar o fim do mundo para então depois contar como é que foi. Negocia politicamente a participação dos aliados mas, ao mesmo tempo, vai buscar apoio onde colheu votos para se eleger presidente: na sociedade.

O governo está, no momento, investindo esforços na montagem de uma campanha para fazer com que a opinião pública se convença e mobilize em torno da necessidade de reformar a Constituição. Não há quem não saiba que deputado e senador em plenário têm medo mesmo é de povo.

Manifestação de galeria não precisa nem ser muito grande para apavorar.

Não é por outro motivo que sistematicamente aprovam-se ali todas as demagogias por mais insanas que sejam. A Constituição de 1988 é uma delas. Então, agora, o que quer o governo é justamente inverter a mão do mesmo processo. Se há sete anos o brasileiro considerava estabilidade e monopólio benéficos, defesa da cidadania, resistência ao imperialismo yanque, ou besteira semelhante, hoje o ambiente é outro.

Quando, em televisão, jornais, seminários, cartilhas, o governo começar a mostrar a necessidade de reduzir a estabilidade do funcionário público — para citar apenas um exemplo, o cidadão comum poderá raciocinar: “É mesmo... Por que garantia de emprego para eles e não para o caixa do supermercado da esquina?” Como esta, outras questões deverão ser tratadas com a mesma simplicidade e objetividade de maneira que a população sinta necessidade e reconheça a urgência de exigir do Congresso as mudanças.

O que se pretende não é alijar o Congresso nem jogar contra ele a opinião pública. Fernando Henrique é político e sabe que isso nunca dá em coisa boa. A finalidade é apenas restabelecer — a partir dos temas que foram promessas de campanha — a aliança popular que permitiu ao presidente se eleger no primeiro turno.